

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.632 - RJ (2018/0316525-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : BARCELOS NETTO E FILHO INCORPORADORA E
ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA
AGRAVANTE : LICINIO MACIEL BARCELOS NETTO
AGRAVANTE : DAISY DE FATIMA COELHO BASTOS BARCELOS
ADVOGADO : ALESSIO REZENDE BOLELLI - RJ100337
AGRAVADO : DM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A
ADVOGADOS : ACI HELI COUTINHO - MG051588
VALÉRIA ROCHA DA COSTA - MG082758
THIAGO RIGHI FONSECA DE ALMEIDA - MG127870
GRACIELE DE AGUIAR QUARESMA - MG115741
AMANDA DE ALMEIDA COELHO MARIANO - MG181415
ALEXANDRE LOPES LACERDA - RJ110734

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

BARCELOS NETTO E FILHO INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA. e outros (BARCELOS NETTO E FILHO INCORPORADORA E ADMINISTRADORA E OUTROS) interpuseram agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da ação revisional de aluguel contra eles proposta pela DM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S.A. (DM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS), postergou a apreciação das preliminares arguídas, sob o fundamento de confusão com o mérito da lide.

O Tribunal fluminense negou provimento ao aludido agravo em acórdão assim ementado:

Agravo de Instrumento. Ação Revisional de Aluguel. Decisão saneadora que postergou a apreciação das preliminares, ao fundamento de confusão com o mérito da ação. Publicação efetivada após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, aplicando-se o enunciado nº 2, do C. STJ. O rol do artigo 1.015, do CPC, é exemplificativo, admitindo outras hipóteses, em especial a dos autos que postergar para o julgamento do mérito, as questões preliminares. Não se mostra razoável a adoção de

Superior Tribunal de Justiça

mandado de segurança, ou aguardar o julgamento final, para impugnar a decisão. No mérito, as preliminares não precluem com o saneador, posto que, não restaram decididas, havendo decisão, entretanto, pela presença dos elementos da ação. Teoria da Asserção. Fatos nominados que não permitem afastar de plano, o interesse acionário da parte autora, sendo indispensável o prosseguimento do feito, com a análise conjunta do mérito e das questões apresentadas como preliminares em contestação, com o mérito da ação. Nega-se provimento ao recurso (e-STJ, fl. 37).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 55/61).

Irresignados, BARCELOS NETTO E FILHO INCORPORADORA E ADMINISTRADORA E OUTROS interpuuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, em que apontou a violação dos arts. 330, 337, 485 e 1.022 do NCOC; 19 da Lei nº 8.245/91; 267, 295 e 301 do CPC/73, sustentando, em síntese, 1) a falta de interesse processual e a impossibilidade jurídica do pedido; e, 2) a necessidade do acolhimento das preliminares por serem prejudiciais ao mérito do julgamento.

O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal de origem tendo em vista a incidência das Súmulas nº 283, 284 do STF e 7 do STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, BARCELOS NETTO E FILHO INCORPORADORA E ADMINISTRADORA E OUTROS repisaram as teses defendidas no apelo nobre denegado na origem, renegando a incidência dos óbices sumulares invocados.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 162/172).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece ser conhecido.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de

Superior Tribunal de Justiça

não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que BARCELOS NETTO E FILHO INCORPORADORA E ADMINISTRADORA E OUTROS apenas repisaram as teses defendidas no apelo nobre denegado na origem, renegando genericamente a incidência dos óbices sumulares ventilados, sem, no entanto, impugnar especificamente a incidência das Súmulas nºs 284 e 283 do STF, invocadas pelo juízo prévio de admissibilidade para negar seguimento ao apelo nobre.

Além disso, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 7 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos, soberanamente avaliados pelas instâncias ordinárias, não sendo suficiente apenas a assertiva de que não se pretende o reexame de fatos e provas.

No caso concreto, o Tribunal de origem consignou expressamente que, de acordo com a Teoria da Asserção, estariam presentes as condições da ação.

Logo, a linha argumentativa desenvolvida por BARCELOS NETTO E FILHO INCORPORADORA E ADMINISTRADORA E OUTROS além de não evidenciar nenhuma questão federal a ser dirimida no âmbito desta Corte Superior, desconsidera as premissas assentadas pelo acórdão recorrido, o que, ao revés, evidencia a precisão da decisão agravada.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Inaplicável, no caso, a majoração dos honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

